



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Debate de Urgência

(Em Defesa da RTP-Açores)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Estamos aqui hoje reunidos para discutir uma matéria da maior importância para o futuro da Autonomia Açoriana: a RTP-Açores. Como todos sabem, a situação da RTP-Açores já aqui foi discutida inúmeras vezes ao longo da actual legislatura. Os debates que aqui realizámos nos últimos três anos revelaram-se estéreis e em nada alteraram o rumo dos acontecimentos.

Nesses debates constatamos, sempre, que a RTP-Açores possuía meios insuficientes, estava cada vez mais desactualizada do ponto de vista tecnológico, registava um alto nível de conflitualidade interna e estava longe de possuir um projecto e uma gestão inteligível, eficaz e mobilizadora. A verdade é que, tendo sido diagnosticado o óbvio, não se retiraram as devidas consequências em termos da resolução concreta das dificuldades.

A RTP-Açores é, actualmente, uma espécie de "homem doente da autonomia". Um doente a quem o ministro Miguel Relvas não quer dar a menor hipótese de regeneração. Na verdade, não se pode falar, neste contexto, de uma janela, mas antes de uma lápide de quatro fusos. Ora a



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

história da RTP-Açores não pode ter este epitáfio. Não pode porque o fim da RTP-Açores é, por definição e consequência, o princípio do fim da Autonomia Regional tal como a concebemos hoje.

Na nossa perspectiva o problema estrutural da RTP-Açores reside precisamente na doença para a qual a Autonomia é a única vacina eficaz: a inércia, o desleixo e a tutela centralista sobre as periferias.

Ao longo destes 35 anos de Autonomia atacámos, com sucesso, muitos dos atrasos estruturais que marcavam a realidade das nossas ilhas. Imagine-se só – nem que seja por breves e terríveis instantes - o que ainda seríamos se continuássemos à espera da voz de comando de Lisboa nas áreas sociais, nas infra-estruturas e no nosso tecido produtivo.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Nós administramos melhor o que é nosso. Nós preocupamo-nos mais com os nossos e com o que é nosso. Nós representamos melhor os nossos. Nós forjamos o nosso destino. É tudo isto que nos une neste hemisfério porque este é o verdadeiro credo da Autonomia nestas terras do Divino Espírito Santo.

Mas se assim é para tantas áreas da nossa administração por que razão não o é, ou não o pode ser, no que diz respeito ao serviço de rádio e televisão pública nos Açores? Por que razão nesta área – mas não



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

noutras – nos temos de ajoelhar à tutela de Lisboa? Porquê? Que razão insondável nos predestinou a este destino de eterno criado sempre que se pensa ou decide televisão e rádio nos Açores? Em que livro sagrado ou profano está escrito que não podemos administrar autonomamente e pelo tempo diário que nos der na real gana o serviço de rádio e televisão pública nos Açores?

Existem várias hipóteses para explicar este estranho fenómeno de intangibilidade desta área para a nossa Autonomia.

A primeira é que Lisboa trata bem dos nossos interesses e que os sucessivos Governos da República se multiplicam em gentilezas e em atenções para com a RTP-Açores. Não nos faltou nada nestes anos e fomos nós que pedimos a Lisboa a misericórdia de nos deixar na pré-história da tecnologia digital e afogados num mar de restrições logísticas.

Uma análise cuidada da história da RTP-Açores permite concluir que não terá sido assim. Lisboa, pintada de laranja ou rosa, nunca cumpriu as suas obrigações em relação ao serviço público de rádio e televisão e não é racional pensar que um homem como Miguel Relvas colocará algum dia um barço ao pescoço como forma de redenção pela sua ignorância e insensibilidade em relação aos Açores. Aqueles que insistem nesta tese não estão enganados - querem enganar.

A segunda tese dos que nos Açores defendem a manutenção da coleira centralista como princípio e fim das suas políticas para o serviço público de rádio e televisão é que não temos capacidade nem meios



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

para gerir a RTP-Açores. O PPM acredita que os açorianos têm essa capacidade e que temos provas dadas em todas as outras áreas em que exercemos plenamente a capacidade de autogoverno. Acreditamos, sem qualquer hesitação, que somos capazes de fazer melhor do que aqueles que nem sequer querem fazer.

Vejamos os factos. O ministro Miguel Relvas diz que quer negociar. Pois bem, vamos negociar. A sua oferta inicial é uma redução de 30% dos 13 milhões que ele calculou como despesa anual da RTP-Açores. Arredondando, isto significa que o ministro Miguel Relvas considera que o que é justo, razoável e poupado é assegurar o pagamento de 9 milhões de euros por ano à RTP-Açores. Diz ele que se os açorianos quiserem pagar o resto é algo a negociar.

Pois o que me apetece dizer aqui é: ARREMATADO. Vejamos os factos e as contas. O Secretário André Bradford, num raríssimo mas eficaz serviço à Autonomia, já calculou que afinal a despesa anual da RTP-Açores não são 13 mas sim 9 milhões de euros. Ora esta é precisamente a verba que cabe na janela da poupança do ministro Miguel Relvas. Portanto, o Ministro paga o que pagava antes, que é o mínimo que se pode exigir a alguém que faz contas como o Alberto João e estudou numa Universidade de Verão.

Depois é necessário pagar o que dita a imaginação em derrapagem do ministro Miguel Relvas: 4 milhões de euros. Os Açores aceitam pagar e colocam as seguintes contrapartidas negociais e prioridades estratégicas no âmbito da futura reestruturação e financiamento da RTP-Açores:



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

1 – Os Açores passariam a assumir a tutela directa da RTP-Açores, nomeando – através do Parlamento e por uma maioria parlamentar de 2/3, integrando pelo menos 50% das forças políticas nele representadas – o director-geral e a restante equipa de gestão. Teria de ser uma tutela concertada na medida da definição da regulação e fiscalização de um serviço público de rádio e televisão regional atendendo aos factores de utilidade, necessidades e interesses.

2 - O Estado deixaria de impedir o processo de internacionalização da RTP-Açores, permitindo-lhe o acesso, em concorrência directa com a RTP Internacional, a um vasto mercado potencial de mais de 3 milhões de açorianos e descendentes, sobretudo na América do Norte. As emissões junto da nossa diáspora teriam um carácter bilingue para chegar a todas as gerações e seriam incorporados na programação da RTP-Açores conteúdos produzidos junto da mesma;

3 - As receitas das taxas do audiovisual cobradas nos Açores passariam a ficar retidas na Região e seriam utilizadas integralmente como mecanismo de financiamento da RTP-Açores;

4 – As receitas publicitárias arrecadadas nos Açores e na emissão internacional passariam a integrar a estrutura de receitas da RTP-Açores.

Deste conjunto de pressupostos resulta que passaríamos a ter uma RTP-Açores verdadeiramente autónoma e com capacidade financeira para expandir a sua programação de base regional, aumentando também os seus níveis de descentralização insular em termos de produção de conteúdos.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A situação actual da RTP-Açores é um problema para ser resolvido na defesa da identidade de um povo que, ao longo dos séculos, num espaço muito singular vem exaltando uma cultura própria. A RTP-Açores é pois, por via disso, a voz, o olhar e o sentir da nossa Autonomia.

Todos nós, açorianos, temos vindo a discutir a actual situação da RTP-Açores. Nas linhas anteriores já expressámos a nossa visão do que deverá ser a RTP-Açores do futuro e como deverá ser enfrentado o desafio do ministro Miguel Relvas.

Não é hora de partidarizar este grave problema que a RTP-Açores atravessa e que a nossa autonomia padece. Não é hora de confrontos políticos, nem de quezílias partidária. É hora, sim, de acreditarmos nesta Assembleia e na verdadeira razão da sua existência.

A voz do povo açoriano já se ouve na rua, já se manifesta em cada esquina do arquipélago e não é por acaso que em cada café e lar dos Açores a RTP-Açores passou a estar sintonizada numa espécie de vigília comprometida.

Neste contexto, não posso deixar de concordar plenamente com o Sr. Presidente do Governo Regional quando este afirmou que “este problema da RTP-Açores não é para ser resolvido daqui a um ano, mas sim agora”. Por essa mesma razão pedi este debate de urgência para



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

resolvermos, de uma vez por todas, a situação precária da nossa RTP-Açores.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Para aqueles profissionais da RTP-Açores que se dedicam de alma e coração, em condições técnicas muito deficitárias, fica aqui expresso o meu voto de congratulação e de agradecimento. Eles são a nossa família. E a essa família - que todos os dias luta para nos trazer as notícias do dia, os eventos, as nossas tradições e realizações e tudo aquilo que se passa e vive na Região - não podemos, nem devemos, deixar que a tratem como lixo porque eles não podem ser descartáveis a troco de uns míseros tostões. Sou claramente contra despedimentos cegos e a redução do horário de emissão da RTP-Açores. É importante reestruturar a RTP-Açores, mas não desta forma.

As opiniões são várias em volta desta questão da RTP-Açores e uma das que se vinculou como unânime tem por base a reestruturação da RTP-Açores e a definição do serviço público na Região. Todos concordamos. Agora é, também, tempo de concretizarmos este desafio. Para alguns urge reestruturar a RTP-Açores, para outros, importa refundar a RTP-Açores. Para mim o importante é fazer algo. Algo de concreto. Algo eficaz

Este debate de urgência sobre a RTP-Açores que promovo aqui, nesta Assembleia, não pretende apenas o debate em sim. Pretende ir mais longe. Pretende que sejam apresentadas soluções para a RTP-



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Açores, não apenas no âmbito do financiamento do serviço público de rádio e televisão mas, também, na reestruturação da mesma nos aspectos estruturais, técnicos, operacionais, humanos, de serviço de programas e de gestão e, acima de tudo, travar este duro golpe à nossa Autonomia.

Propomos, na esteira do que já foi anunciado pelo CDS/PP, a criação de um grupo de trabalho, constituído por especialistas açorianos, para reestruturar e definir o serviço público de rádio e televisão na região. Este grupo terá que atender às nossas especificidades e à realidade actual da RTP-Açores.

Portanto, e para já, este Parlamento tem de travar a implementação da janela do ministro e preparar a conceptualização da natureza do serviço público de rádio e televisão nos Açores. Meus senhores, ninguém sai daqui com menos de que isso. Os açorianos não nos perdoariam.

Disse!